

## Quem são os proprietários das hidrelétricas?<sup>1</sup>

(\*) João Roberto Lopes Pinto

Em recente estudo, o Instituto Mais Democracia revela quem são os proprietários das cinco maiores hidrelétricas na região amazônica, a saber: Santo Antonio, Jirau, Belo Monte, Estreito e Teles Pires. Para além da já esperada relação entre setor elétrico e empresas de mineração – notadamente Vale e Alcoa –, como autoprodutoras e maiores consumidoras, chama a atenção a presença ostensiva dos três maiores grupos privados do País no setor da construção civil: Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez. Ressalte-se que elas não estão apenas na etapa da construção, mas nos consórcios responsáveis pela operação destas hidrelétricas.

O que levaria estas empreiteiras, que ganham bilhões na construção de hidrelétricas, seguirem interessadas na exploração de energia? É verdade que o *know-how* adquirido na construção favorece a atuação no empreendimento. Mas, pelo visto, a geração de energia elétrica é um grande negócio, apesar da tão propalada crise do setor elétrico. Importante lembrar que boa parte da energia produzida é vendida no mercado livre, assegurando rentabilidade para as geradoras. Sem esquecer, que os referidos grupos privados, embora tenham iniciado suas atividades no setor de construção civil, diversificaram bastante o seu campo de atuação, como no caso da presença da Odebrecht na petroquímica (Braskem) e da Camargo Correa no setor de não-metálicos (Intercement), que também são grandes consumidores de energia.

Em meio à anunciada crise energética, importa adentrar na emaranhada estrutura de propriedade do setor, a fim de entender quem de fato ganha com a geração e distribuição de energia no País, pois quem paga a conta já sabemos: a população arca com uma das tarifas mais caras do mundo, enquanto os cofres públicos sustentam os tais consórcios através de financiamentos bilionários e altamente subsidiados pelo BNDES, bem como pelas participações do próprio BNDESPAR, dos fundos de pensão das estatais (PREVI, PETROS e FUNCEF) e do sistema Eletrobrás. Além do fato de que as populações que vivem nos territórios onde estes mega-empreendimentos são implantados tem seus direitos sociais e ambientais sistematicamente violados.

A relação histórica destas empreiteiras com o sistema Eletrobrás é bem conhecida. Em recente e valioso trabalho, o historiador Pedro Campos revela com ampla documentação histórica como as famosas “barrageiras” se forjaram como as maiores no setor da construção civil pelas mãos dos governos ditatoriais<sup>2</sup>. A “Operação Lava-Jato” da Polícia Federal na Petrobras tem chamado a atenção para atuação destas mesmas empreiteiras na formação de cartel, operado em estreita colaboração com agentes estatais, que abocanha grandes contratos da empresa, que superfaturados irrigam a reprodução dos principais partidos da República. Como afirmou um ex-

---

<sup>1</sup> O presente artigo se baseia no estudo “The Complex Structure of National and Multinational Companies Working in Amazon”, produzido pelo Instituto Mais Democracia, tendo como pesquisadores responsáveis Josinaldo Aleixo e Nathália Condé.

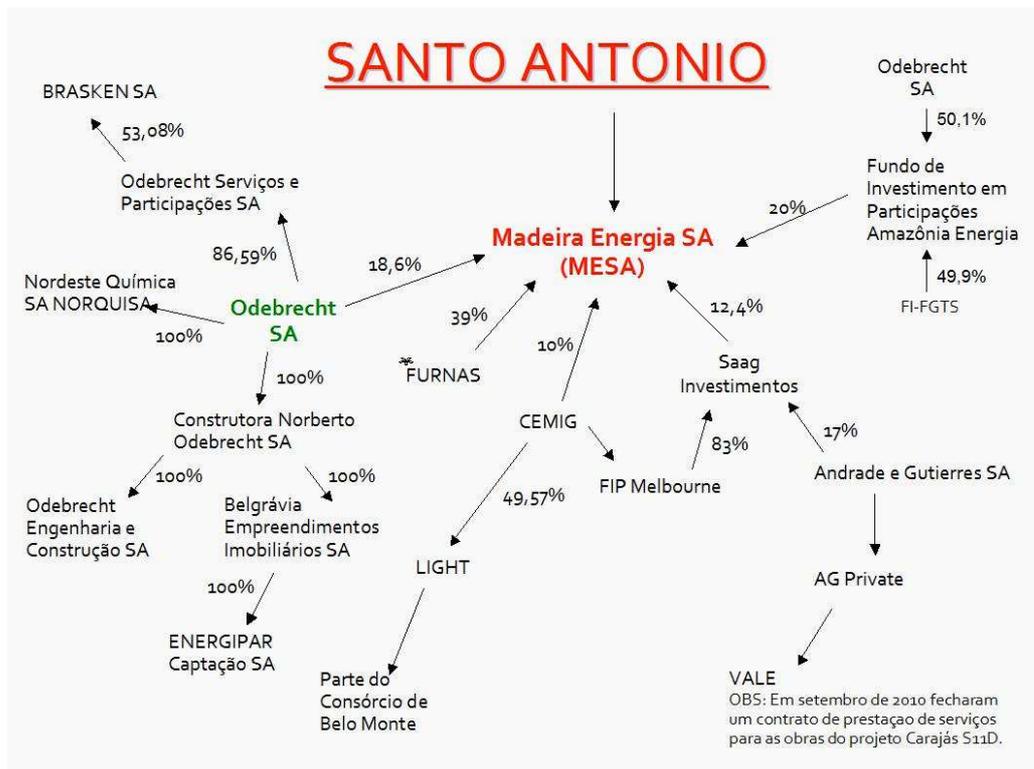
<sup>2</sup> “Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

diretor da Petrobras, em depoimento à CPI mista do Congresso, esta relação das empreiteiras com a Petrobras se estende a outras estatais, como a Eletrobrás, e vem se reproduzindo em todos os governos pós-redemocratização.

Como forma de ilustrar a presença das empreiteiras, apresentamos a seguir a estrutura de propriedade dos consórcios controladores das referidas hidrelétricas.

### Santo Antonio

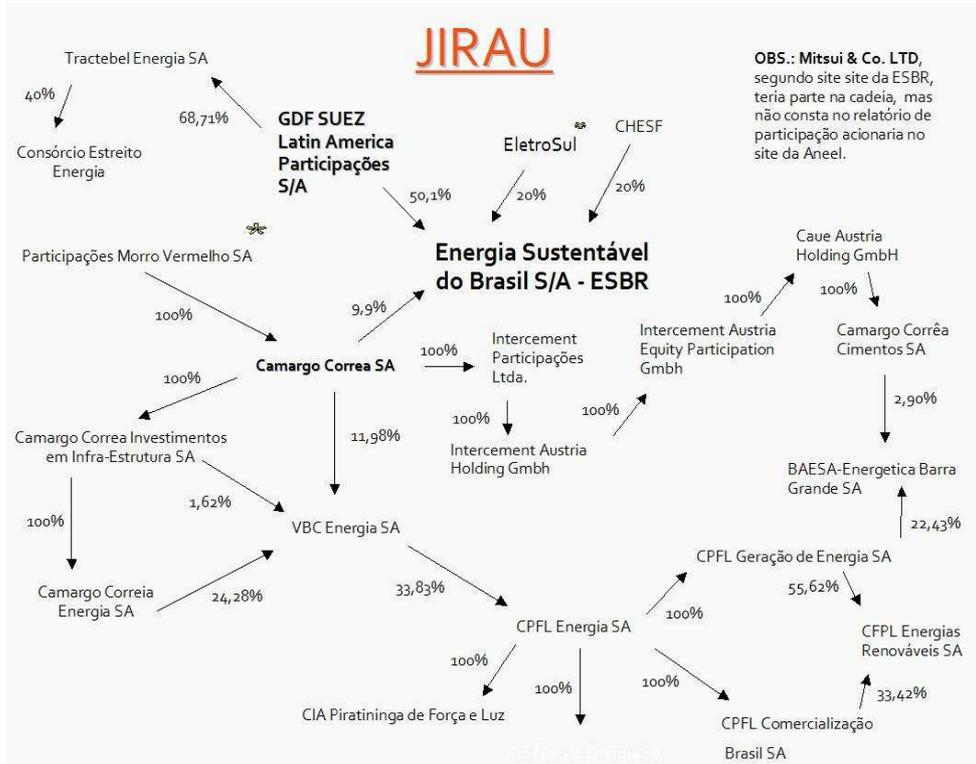
No caso da Usina de Santo Antonio, no Rio Madeira, chama a atenção o domínio da Odebrecht, que é de 38,6% no Consórcio Madeira Energia SA – somadas as participações da Odebrecht SA e do Fundo de Investimentos Amazônia Energia, onde a empresa é majoritária –, quase a mesma participação de Furnas, do sistema Eletrobras. Ao mesmo tempo, a Andrade Gutierrez, participa por meio da SAAG Investimentos, com 12,4% e com 10% da CEMIG, onde a empreiteira tem participação de 33%. Neste caso, importa ressaltar que a Andrade Gutierrez garante participação tanto na geração, quanto na distribuição, conferindo à empresa maior margem de rentabilidade. O financiamento do BNDES aqui é de R\$ 6,1 bilhões.



### Jirau

No caso da Usina de Jirau, também no Rio Madeira, destaca-se o papel da Camargo Correa, que detém 10% do consórcio controlador, Energia Sustentável do Brasil SA. Da mesma forma que a Andrade Gutierrez, a Camargo Correa atua no setor de distribuição, sendo uma das sócias majoritárias da CPFL Energia, uma das maiores do

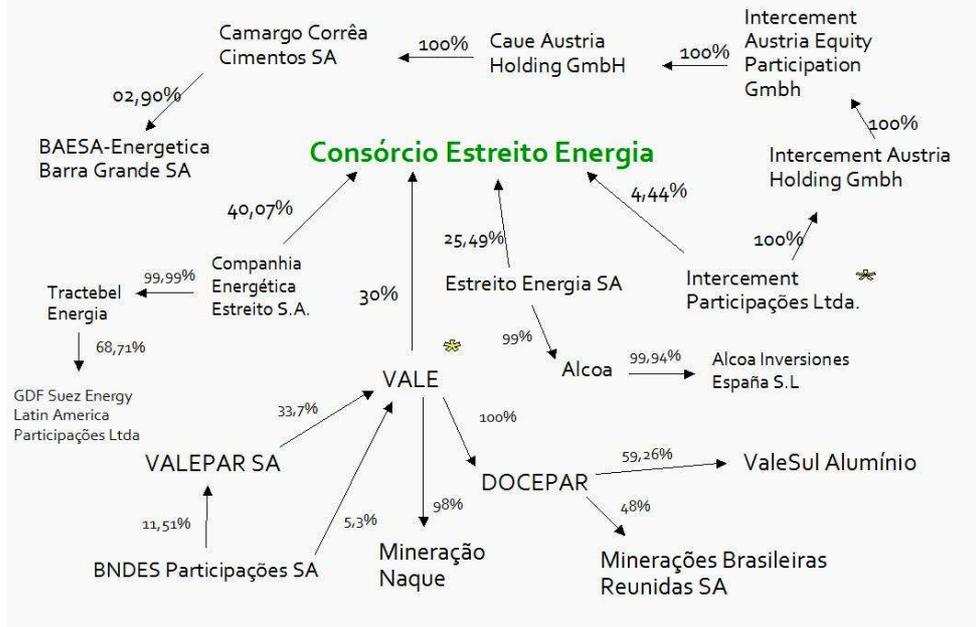
setor, com atuação nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. O financiamento do BNDES para Jirau foi de R\$ 8,7 bilhões.



## Estreito

Já no caso da Usina de Estreito, na Bacia do Rio Tocantins, destaca-se a participação da Camargo Correa no Consórcio Estreito Energia, através de sua controlada a InterCement, gigante do cimento, segunda maior produtora no País e primeira em Portugal, Moçambique, Argentina e Cabo Verde. Neste caso, além da própria venda da energia, o interesse se liga diretamente ao próprio consumo das controladoras, incluindo aí a Vale e Alcoa. Acrescente-se que, em 2003, a Camargo Correa trocou sua participação de 41% na Alcoa Alumínio e Alcoa América Latina, por 2,5% na Alcoa Inc., uma das maiores produtoras de alumínio do mundo. Segundo o professor da USP, Célio Bermann, cada tonelada de alumínio produzida no País equivale ao consumo de cem famílias brasileiras em um mês. Em Estreito, o BNDES entrou com R\$ 1,5 bilhão.

# ESTREITO

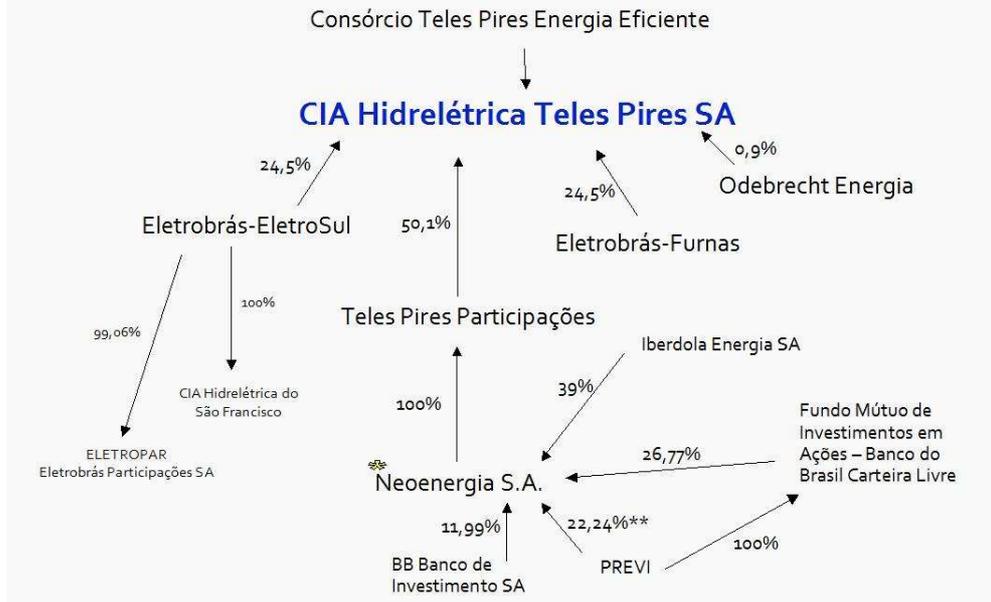


## Teles Pires

Já no caso da Usina de Teles Pires, na bacia do Rio Teles Pires, afluente do Rio Tapajós, a Odebrecht mantém, até o momento, uma presença de apenas 1% na Cia Hidrelétrica Teles Pires SA. Vale lembrar que a Usina de Teles Pires ainda não entrou em operação, sendo como de resto no caso das outras usinas responsável por graves violações de direitos desde seu licenciamento prévio. O financiamento do BNDES aqui é de R\$ 2,9 bilhões.

# TELES PIRES

\*\* O problema aqui foi que no site da empresa a porcentagem para o investimento da PREVI é descrita como sendo de 4,9%, o que difere dos dados da ANEEL.



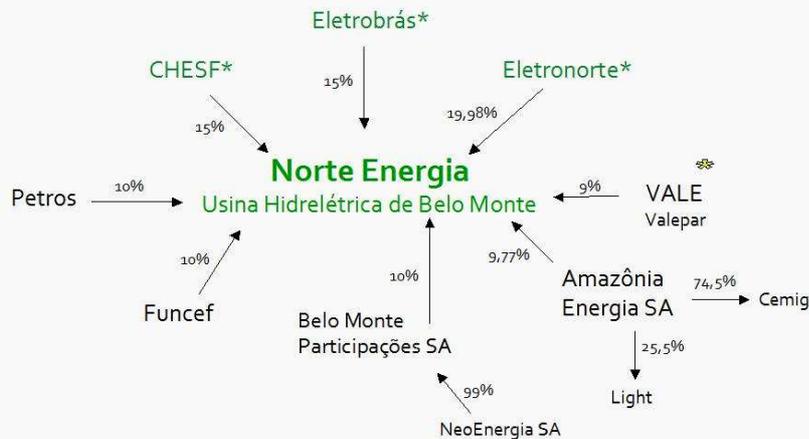
## Belo Monte

No caso da Usina de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, destaca-se a presença da Andrade Gutierrez, por meio da Cemig e da Light<sup>3</sup>, controladoras da Amazônia Energia SA, que, por sua vez, detém 9,8% do Consórcio Norte Energia responsável pela Usina, que também ainda não entrou em operação, mas já acumula um grave passivo social e ambiental. No maior financiamento de sua história para um único empreendimento, o BNDES emprestou R\$ 25,2 bilhões para a construção de Belo Monte<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> A Cemig detém 26% da Light.

<sup>4</sup> Registre-se, ainda, que o BNDESPAR, o braço de participações do BNDES, possui 11,8% da Eletrobras; 11,5% da Valepar, controladora da Vale; 10% da Light; 6,7% da CPFL; e 1% da Cemig.

## BELO MONTE



Caberia, ainda, avançar o estudo sobre os acordos de acionistas que regem os consórcios e os diferentes grupos controladores, a fim de refinar a análise sobre como os ganhos são distribuídos no interior destas redes de propriedade. É sabido que, muitas vezes, o braço estatal no interior dos consórcios tende a assumir os riscos e menores taxas de retorno em benefício dos parceiros privados.

Ao discutirmos quem são os proprietários das hidrelétricas fica evidente quão rasteiro é o debate público sobre a questão energética no País. De um lado, a grande mídia que apela ao que de modo justo aflige a população, como a possibilidade de racionamento ou elevação de tarifa, mas o faz ocultando os interessados na reprodução deste modelo concentrador e depredador, que só beneficia grandes grupos privados. De outro, o governo que justifica os grandes projetos hidrelétricos em função de expectativas de crescimento e de que se trata de “energia limpa”, ocultando, igualmente, o quanto o Estado e o sistema político encontram-se comprometidos com esta rede de poder, dominada por grandes grupos privados no setor de energia, mineração e da construção civil.

(\*) Coordenador do Instituto Mais Democracia e professor da Escola de Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO